



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

" PROJETO DE LEI Nº 010/92 "

Data: 27 de março de 1992.

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF - , a fornecer garantias , e dá providências correlatas".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, através do Programa de Saneamento e Núcleos Urbanos-PRONURB , modalidade saneamento, no valor de Cr\$ 6.682.351.040,10 (seis bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quarenta cruzeiros, e dez centavos).x.x., equivalente a 919.274,17 UPF em janeiro/92, atualizado pelo índice aplicado à contas vinculadas do FGTS, ou por outro índice oficial a ser adotado pela CEF, destinado a projetos de urbanização de lotes.

Art. 2º - Para garantir a dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Município, observada a finalidade indicada no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e transferir para a CEF, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações ICMS e/ou do Fundo de Participação de Município-FPM e/ou do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários para a quitação dos encargos contratuais e/ou, ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será subrogada sobre os fundos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a nomear e constituir sua bastante procuradora a Caixa Econômica Fe



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

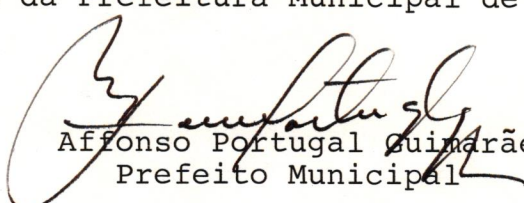
deral - CEF, outorgando-lhe poderes irrevogáveis e irretratáveis, enquanto não liquidada a dívida, para que as garantias possam ser pronta e plenamente exequíveis, em caso de ^{ina} ~~inad~~implemento.

§ 2º - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, na hi pótese de o Município não efetuar, nos seus vencimentos, quais - quer pagamentos relativos às obrigações assumidas no financiamen to a ser contraído.

Art. 3º - O poder Executivo consignará nos ' orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para a financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas de amortização e encargos financeiros ' decorrentes do financiamento, bem como os valores necessários à contrata-partida de recursos próprios no empreendimento.

Art. 4º - Esta Lei, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação em órgão oficial do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de campo Largo, em 27 de março de 1992.


Affonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

APROVADO

Sala das Sessões 30 / 03 / 92

Presidente



A SANÇÃO

Sala das Sessões 31 / 03 / 92

Presidente